



# Relatório de Transição da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável AGENDA 2030 DE SÃO PAULO

Avaliação do primeiro biênio de existência (julho de 2020 a julho de 2022).

## [SUMÁRIO]

[<1. Introdução>](#) (Pág.3)

[<2. Escopo geral do trabalho da Comissão Municipal ODS neste 1º biênio >](#) (Pág.6)

[<3. Avaliação do funcionamento das reuniões plenárias>](#) (Pág.7)

[<4. Avaliação do funcionamento das Câmaras Temáticas>](#) (Pág.11)

[<5. Recomendações finais>](#) (Pág.16)



Clique no nome da seção para navegar até ela.

## [ 1. Introdução ] [<Voltar ao índice>](#)

No município de São Paulo, o compromisso de elaboração dos Relatórios Voluntários Locais relativos ao status de atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) veio junto com o processo de construção de uma comissão participativa, paritária, com representantes de oito secretarias municipais e de organizações da sociedade civil, empresas e das universidades, que fez o chamado processo de localização da Agenda 2030. O ano chave para esta institucionalização foi 2018, quando a Prefeitura assinou o Memorando de Entendimento junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e promulga a [Lei Municipal 16.817](#), que adotou a Agenda 2030 como diretriz das políticas públicas municipais.

Em julho de 2020, após um processo de seleção pública para representantes da sociedade civil, os integrantes da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 tomaram posse. O mandato desta primeira composição da Comissão Municipal ODS de São Paulo termina em julho de 2022, e há no artigo 45 do Regimento Interno a publicação do chamado Relatório de Transição: “Ao final do mandato 2020-2022 os membros da Comissão Municipal ODS devem apresentar relatório contendo as atividades realizadas, as conclusões e as recomendações firmadas, dando ampla publicidade a toda a sociedade”.

A publicação deste relatório, inclusive, constitui o indicador 17.9.2 da [Agenda Municipal 2030](#) e a ação 17.9-E do [Plano de Ação 2021 a 2024 para Implementação da Agenda Municipal 2030](#), sob responsabilidade da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA.

Como os dois documentos construídos pela Comissão em 2020 ([Agenda Municipal 2030](#)) e em 2021 ([Plano de Ação 2021 a 2024 para Implementação da Agenda Municipal 2030](#)) já trazem um detalhamento das atividades realizadas neste primeiro biênio, seus integrantes deliberaram em reunião plenária realizada em 24 de fevereiro de 2022 que o foco do Relatório de Transição seria a avaliação dos processos de trabalho, compartilhando aprendizados e desafios com os próximos integrantes.

Para isso, adotou-se a seguinte dinâmica e cronograma de trabalho colaborativo no primeiro semestre de 2022 para construção deste Relatório de Transição:

- Entre 24/02 e 11/03 - construção conjunta de formulário online a ser enviado a todos integrantes da Comissão Municipal ODS e das respectivas Câmaras Temáticas;

- Entre 14/03 e 10/4 - período de resposta ao formulário

- Entre 11/04 e 17/05 - sistematização das respostas e compartilhamento de uma proposta de conteúdo para o relatório, aberta a contribuições;

- 26/05 - aprovação da versão final do Relatório de Transição em reunião plenária;

- 27/05 a 22/07 - diagramação do relatório e publicação na [página de referência da Comissão Municipal ODS no site da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente \(SVMA\)](#).

O formulário online foi respondido por 25 membros da Comissão Municipal ODS e/ou das respectivas Câmaras Temáticas, cujo perfil geral será apresentado a seguir. Em termos de Subprefeitura de residência, 15 das 32 Subprefeituras de São Paulo foram abrangidas:



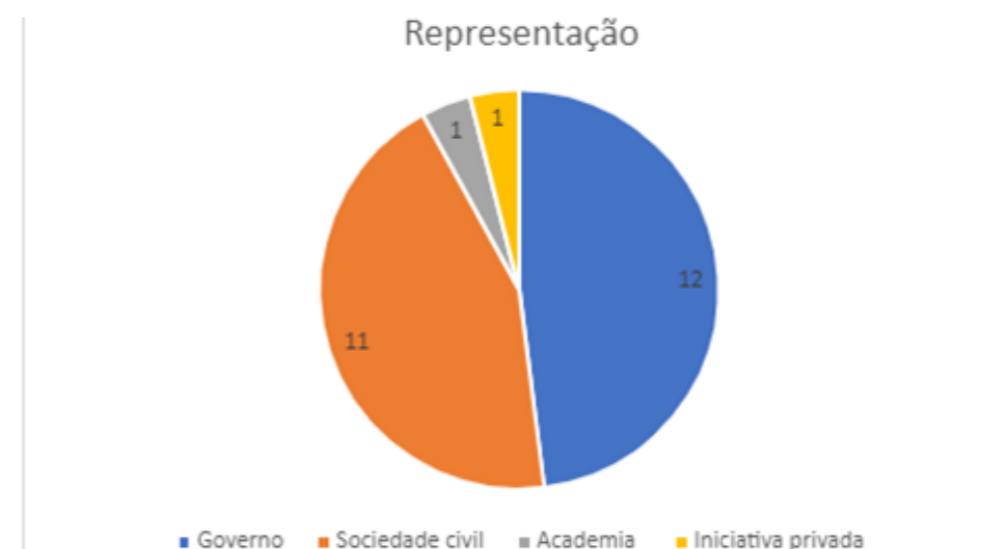
Em termos de gênero, 72% eram mulheres:



No que se refere à faixa etária, metade dos respondentes (13) tinham entre 41 e 60 anos de idade:



Já a distribuição entre respondentes representantes do governo e da sociedade civil (aí incluídos também as categorias academia e iniciativa privada) foi equilibrada:



E, por fim, pouco menos da metade dos respondentes (44%) não era integrante da Comissão Municipal ODS e participou apenas das Câmaras Temáticas:



Além das respostas ao formulário online, outro subsídio para a redação colaborativa deste Relatório de Transição foram os debates ocorridos no dia 21/02/22, em uma reunião com os(as) coordenadores(as) das Câmaras Temáticas, que tinha como foco justamente a avaliação da dinâmica de trabalho em 2020 e 2021.

## [ 2. Escopo geral do trabalho da Comissão Municipal ODS neste 1º biênio ] <Voltar ao índice>

A construção da Agenda Municipal 2030 teve início em julho de 2019, com a discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Comitê de Indicadores da Cidade (ObservaSampa). A partir daí, foi criado o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) que produziu o [“Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em São Paulo”](#).

Esse trabalho foi publicado enquanto aconteciam as primeiras eleições para os representantes da sociedade civil, empresas e academia que comporiam a Comissão Municipal ODS. E ele serviu de base para o trabalho de localização dos ODS, de ponto de partida. Em 2020, as secretarias municipais e organizações que compõem a Comissão se dividiram em sete Câmaras Temáticas, que se abriram à participação de mais representantes dessas instituições e das secretarias municipais. E cada câmara temática se debruçou em estudar cada uma das 169 metas da Agenda 2030 e adaptar a redação para a realidade local, priorizar os indicadores que deveriam ser monitorados e estabelecer expectativas de desempenho deles para 2030.

Foi um trabalho gigantesco, em plena pandemia, todo feito virtualmente, em atividades síncronas e assíncronas. E alguns números dão a dimensão desse esforço de elaboração da [Agenda Municipal 2030](#): foram 7 reuniões com o plenário da Comissão Municipal de ODS, mais de 20 membros nas 7 Câmaras Temáticas, mais de 90 reuniões das Câmaras Temáticas e mais de 200 horas de trabalho coletivo, todas concentradas no

segundo semestre de 2020.

A proposta de Agenda Municipal 2030 construída pela Comissão ainda foi a consulta pública na plataforma virtual Participe+ e recebeu 8.606 contribuições, que foram analisadas, quando possível e pertinente incorporadas, e respondidas uma a uma. E a resposta também ficou pública na plataforma de participação.

Em 2021, que foi o primeiro ano de gestão, um ano de planejamento, a versão final da Agenda Municipal 2030, pós consulta pública, foi lançada pela prefeitura em maio e serviu de referência para a elaboração do Programa de Metas, que são as metas estratégicas a serem atingidas pela Prefeitura até 2024. E também para o planejamento orçamentário (Plano Plurianual – PPA), que tem o horizonte até 2025.

Além disso, a Comissão Municipal ODS realizou a construção do [Plano de Ação 2021 a 2024 para Implementação da Agenda Municipal 2030](#), detalhando as 655 ações a serem realizadas por cada secretaria municipal para contribuir neste quadriênio com o alcance dos ODS. E, quando possível, já indicando previsões de desempenho para os indicadores da Agenda Municipal 2030 em 2024.

Novamente, foi um processo totalmente participativo, que envolveu 6 Câmaras Temáticas – porque duas das Câmaras de 2020 se fundiram. O conteúdo do Plano de Ação colheu, também, contribuições via consulta pública na Plataforma Participe+ e apresenta estratégias, instrumentos, ações e programas para a efetivação da Agenda Municipal 2030. Dessa maneira, a construção do Plano ocorreu com integração direta com os demais instrumentos de planejamento governamental da cidade, como o Programa de Metas 2021-2024 (PdM) e o Plano Plurianual 2022-2025 (PPA) e teve um olhar prioritário para ações de enfrentamento às desigualdades sociais agravadas pelas consequências econômicas da pandemia de Covid-19.

Ao mesmo tempo, também em 2021 e se estendendo ao longo do primeiro semestre de 2022, a Prefeitura iniciou o processo de atualização no ObservaSampa dos dados relativos a 2020 dos 545 indicadores que integram a Agenda Municipal 2030.

Em 2021, também, a Agenda Municipal 2030 é eleita pela população como um dos compromissos aprovados do 3º Plano de Ação em Governo Aberto de São Paulo, validado e monitorado pela Rede de Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP). E uma das estratégias para isso é a realização da chamada Virada ODS, uma série de eventos e atividades para popularizar e qualificar o debate sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em São Paulo.

## [ 3. Avaliação do funcionamento das reuniões plenárias ] <Voltar ao índice>

As reuniões ordinárias da Comissão Municipal ODS em 2020 a 2022 foram trimestrais, e aconteceram via de regra às quintas-feiras, das 15h às 18h (às vezes, terminando às 17h), de forma remota, pela plataforma Microsoft Teams. Elas são abertas e tiveram calendário e link divulgados na página de referência no site da SVMA.

Os principais pontos positivos na dinâmica das reuniões plenárias destacados foram:

- Agendamento prévio, com calendário definido para o ano inteiro;
- Documentação a ser apreciada em cada reunião plenária enviada previamente por e-mail;
- O fato das reuniões terem pauta pré-definida e divulgada com antecedência, e de ter sempre uma apresentação guia, orientando os diálogos;
- Boa gestão do tempo, com definição prévia de objetivos e pauta de cada encontro;
- A relevância do alinhamento prévio do grupo gestor, no primeiro ano composto pelas secretarias de Governo Municipal (SMG) e do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e no segundo ano com adesão de Relações Internacionais (SMRI);
- O envolvimento da sociedade civil na elaboração do Relatório Voluntário Local (VLR);
- As consultas públicas para contribuições da sociedade civil tanto na construção da Agenda Municipal 2030 como no Plano de Ação;
- A organização da Secretaria Executiva com a transcrição das reuniões, sistematização das atas e da manutenção das informações no site da SVMA;
- A parceria com a plataforma dos indicadores do ObservaSampa, para monitoramento da Agenda Municipal 2030;
- A possibilidade de realizar reuniões online, lidando com a necessidade de isolamento físico durante o auge da pandemia da Covid-19;
- O preparo da Coordenação ao definir as pautas com clareza e manter o foco no cumprimento do cronograma e das atividades propostas para a Comissão;
- A facilitação feita pela pessoa do Governo servindo como mediadora entre as demais secretarias municipais e a sociedade civil.

Já em relação aos pontos negativos na dinâmica das reuniões plenárias da Comissão Municipal ODS, os destaques foram:

- Falta de um instrumento (como mural ou mapa digital) que possibilitasse o acompanhamento mais regular do trabalho das Câmaras Temáticas;
- Falta de emissão de certificados de participação para os especialistas convidados a participar das reuniões plenárias;
- Falta de acessibilidade comunicacional nas reuniões (como intérprete de Libras);
- O fato de ser mais expositiva do que dialogada, de fato, quase que um grande conjunto

de informes e de validação pró forma dos trabalhos realizados pelas Câmaras Temáticas;

- Dificuldades de participação por causa de problemas com o sinal da internet e com a plataforma Microsoft Teams;
- Falta em alguns momentos de alinhamento interno institucional em relação à condução e construção das pautas;
- Falta de coordenação, de encaminhamento e finalização das ideias, em alguns momentos das reuniões em que a pauta se abria para temas não previstos;
- O espaço para o debate, algumas vezes, foi insuficiente e algumas decisões acabaram sendo prejudicadas (diante do protagonismo do Governo, pouca participação da Sociedade Civil, especialmente a partir do segundo ano);
- Falta de espaço para que a sociedade civil tenha mais protagonismo na condução dos trabalhos, inclusive na sugestão e definição das pautas;
- O espaço democrático de fala e escuta, por vezes, não teve a conotação respeitosa do saber “ouvir” (houve alguns momentos de interrupção das falas por parte do poder público quando algum representante da sociedade civil estava falando, especialmente a partir de 2021).

Diante desses pontos, as recomendações para aprimorar a dinâmica das reuniões plenárias da Comissão Municipal ODS são:

- Trabalhar com estratégia de desenho instrucional e letramento para apresentação dos dados de monitoramento da Agenda Municipal 2030 e do respectivo Plano de Ação;
- Focar no levantamento de dados para atualização dos indicadores da Agenda Municipal 2030;
- Fomentar com mais efetividade a participação da sociedade civil, pensando mesmo em dinâmicas que fizessem com que a fala fosse mais descentralizada (por exemplo: enquetes online e debate, divisões em pequenos grupos, convidados/as apresentando experiências);
- Estabelecer de maneira permanente a possibilidade de que membros da sociedade civil incluam pelo menos 2 itens de discussão na pauta, seja para informes gerais ou para deliberação da Comissão;
- Elaborar e apresentar ao final de cada reunião uma síntese com os principais pontos abordados e encaminhamentos adotados;
- Manter o envio antecipado da pauta;

- Se for online, estar atento ao tempo de fala de cada um para que todos participem e ter atenção ao chat para poder receber todas as contribuições;

- Manter a reunião dentro do tempo acordado;

- Trazer alguns exemplos de atuação dos ODS nos territórios da cidade;

- Estimular por meio das redes sociais a participação da população na Comissão com sugestões e ou perguntas;

- Ao passar a fala, pedir que a pessoa diga seu nome completo e instituição que representa;

- Passar pelas pautas a serem discutidas de modo menos acelerado;

- Definição de pauta da reunião seguinte como último tópico de cada reunião, sendo definidos tópicos, responsabilidades e trazendo demandas objetivas para que membros da sociedade civil também tragam contribuições e apresentações para as reuniões.

Em 2021, a Comissão Municipal ODS chegou a cogitar ter nas reuniões plenárias convidados(as) para apresentarem políticas, programas, projetos ou pesquisas relacionados aos ODS em São Paulo, mas nunca adotou essa prática. Para os próximos dois anos, dos 14 respondentes que se manifestaram sobre essa questão (que só era feita aos respondentes que integravam formalmente a Comissão Municipal ODS), 11 consideraram que seria viável e importante ter essas apresentações de convidados(as), porque elas qualificam o debate, e 3 consideraram inviável ter essas apresentações de convidados(as), porque são poucas reuniões da Comissão Municipal ODS ao ano e há já muitas pautas internas.

O espectro das políticas, programas, projetos ou pesquisas elencados como pertinentes e desejáveis para serem apresentados na reunião plenária da Comissão Municipal ODS é bem amplo: Programa Municipal de Linguagem Simples, Política Municipal da Primeira Infância, Índice de Vulnerabilidade da Prefeitura de São Paulo; resultados empíricos, sejam eles quantitativos ou qualitativos (como os ODS são transversais, qualquer diagnóstico, ainda que piloto, de recorte reduzido no território, diante da ausência de dados censitários, ajudaria a qualificar o debate); estudos socioeconômicos ou que apresentem recorte por públicos específicos e que não estejam sendo suficientemente contemplados nas políticas vigentes no município; experiências de cidades menores ou cidades médias, para efeitos de comparação; políticas setoriais municipais (como PlanClima, planos elaborados no âmbito da SVMA, Saúde, Educação, Segurança Alimentar, entre outros); uma aproximação mais estreita com a Universidade; políticas de enfrentamento e redução da pobreza; sobre a participação / atuação da população nos territórios e suas ações voltadas aos ODS; estudos sobre a pobreza multidimensional e sua interface com a questão socioambiental e a sustentabilidade; questões relacionadas ao racismo ambiental, ao impacto nas políticas públicas e debates sobre alternativas viáveis de ações de enfrentamento; especialistas em acompanhamento de planos e projetos para que contribuam para o monitoramento das ações propostas na Agenda Municipal 2030; pautas orça-

mentária, que parecem mais difíceis para pessoas que não trabalham diretamente com o tema; pesquisadores e ativistas setoriais/temáticos (um convidado/a por ODS para trazer contribuições ao longo das semanas, em um exercício de formação continuada ao longo dos dois anos, percorrendo cada um dos ODS).

Já em relação à manutenção das reuniões online ou adoção de formato presencial em função da melhora no cenário da pandemia da Covid-19, das 14 pessoas que responderam à pergunta, 11 afirmaram que as reuniões plenárias devem se manter online e 3 gostariam que elas passassem a ser presenciais.

Na autoavaliação de cada respondente, 8 afirmaram que conseguiram contribuir como gostariam nas reuniões plenárias da Comissão Municipal ODS e 6 avaliaram que não conseguiram. Desses, os motivos listados para a participação aquém da própria expectativa foram: sobrecarga de trabalho (3 pessoas); prazos apertados nos trabalhos da Comissão Municipal ODS (2 pessoas) e não se sentir em um ambiente confortável e seguro para se posicionar (1 pessoa).

Em relação à condução dos trabalhos por parte da Presidência, Diretoria Executiva e Secretaria Executiva da Comissão Municipal ODS, a avaliação geral foi positiva. Houve diversas menções ao comprometimento e profissionalismo das equipes.

Por outro lado, vários respondentes apontaram também que sentiram menor abertura ao diálogo no redesenho da governança da Comissão Municipal ODS a partir de 2021. Eles reconheceram que há um esforço para o trabalho mais integrado entre SMRI, SGM e SVMA, mas que apesar disso sinalizaram que a condução da Comissão Municipal ODS ainda é fragmentada.

Um exemplo recorrente foi o da organização da Virada ODS. Se, por um lado, a iniciativa foi festejada pelos representantes da sociedade civil na Comissão Municipal ODS como uma estratégia importante de popularização e engajamento, por outro, eles estranharam o fato de a Comissão não ter assento no Comitê Intersecretarial instituído pela Prefeitura para planejar o evento e/ou voz mais ativa no desenho dessa estratégia.

## [ 4. Avaliação do funcionamento das Câmaras Temáticas ] [<Voltar ao índice>](#)

Em 2020, a Comissão Municipal ODS se organizou em sete Câmaras Temáticas (CTs) dedicadas a construir a Agenda Municipal 2030: 1) Temáticas sociais, 2) Temáticas educacionais, 3) Temáticas urbanas, 4) Temáticas econômicas, 5) Temáticas de saúde e bem-estar, 6) Temáticas ambientais, e 7) Temáticas de Fortalecimento Institucional.

Em 2021, as CTs foram denominadas com a partir dos eixos do Programa de Metas 2021 – 2024 e houve fusão da então CT Econômicas com a CT de Fortalecimento Institucional, culminando nas 6 CTs que elaboraram o Plano de Ação 2021 – 2024 para Implementação da Agenda Municipal 2030: SP Segura, Bem Cuidada e Ágil; Educacionais; SP Eficiente, Inovadora e Criativa; Saúde e Bem Estar; SP Sustentável; e SP Justa e Inclusiva.

Em relação aos principais pontos positivos na dinâmica adotada de trabalho nas Câmaras Temáticas, os mais citados foram:

- Escopo e metodologia bem definidas, que orientaram os trabalhos, tendo resultados

concretos e produtos a serem apresentados;

- Ambiente acolhedor para discussões, espaço de troca, aprendizado e insights;
- Organização por temas que guardavam alguma sinergia entre si facilitava os diálogos;
- Trabalha assíncrono realizado entre reuniões, aproveitando os momentos síncronos para diálogos;
- Transparência por parte dos técnicos da Prefeitura sobre que ações eram ou não viáveis;
- A imersão nos temas específicos e nos desafios da cidade com suas delicadezas, e a contribuição da sociedade civil (mesmo que não sendo em peso);
- A integração e o debate intragovernamental entre órgãos da Prefeitura, a partir dos temas pautados nas CTs puderam se reunir para definir conjuntamente formas de apoio e/ou atuação conjunta;
- Debate com a sociedade civil tornando as discussões mais plurais;
- A possibilidade de trazer convidados da sociedade civil para contribuir com os trabalhos;
- A dinâmica das reuniões e a pré disposição ao consenso;
- Registro colaborativo das atas.

Já em relação ao que não funcionou bem na dinâmica das CTs neste primeiro biênio, os destaques foram:

- Falta de instrumentos para acompanhar o trabalho das outras Câmaras Temáticas;
- O escopo e a dinâmica eram muito tecnicistas e pouco flexíveis, com cronograma muito apertado, dificultando a contribuição da sociedade civil;
- A sociedade civil nem sempre estava presente e atuante: dependendo do tema a ser discutido, sobretudo os mais técnicos e áridos, não havia tanto engajamento;
- A falta de quórum de alguns encontros, obrigando a coordenação de algumas Câmaras Temáticas a atrasar ou adiar algumas reuniões;
- Necessidade de maior alinhamento entre os planos setoriais (especialmente os em construção, como o PlanClima) e a Agenda Municipal 2030 e seu Plano de Ação 2021 – 2024;
- Alternância nas equipes entre 2020 e 2021, inclusive na coordenação de algumas CTs, gerando descontinuidade;
- Foco do Plano de Ação no curto prazo (quadriênio da gestão), quando o enfrentamento

às questões socioambientais (como a crise climática) requer olhar mais estratégico (de médio e longo prazos);

- Tentativa de restringir o Plano de Ação 2021 a 2024 aos compromissos presentes no Programa de Metas;
- Desalinhamento entre o tempo do planejamento dos planos estratégicos que se tentava integrar: Agenda Municipal 2030, Programa de Metas e Plano Plurianual (PPA);
- Agendamento de reuniões com pouca antecedência, com pautas extensas e com pouca possibilidade de aprofundar a discussão;
- Ao final dos trabalhos, depois de passar pela avaliação dos Gabinetes das secretarias municipais, nem sempre os itens discutidos foram contemplados, o que gerou certa frustração.

As recomendações apresentadas para aprimorar o trabalho das Câmaras Temáticas no segundo biênio, caso sejam mantidas, são:

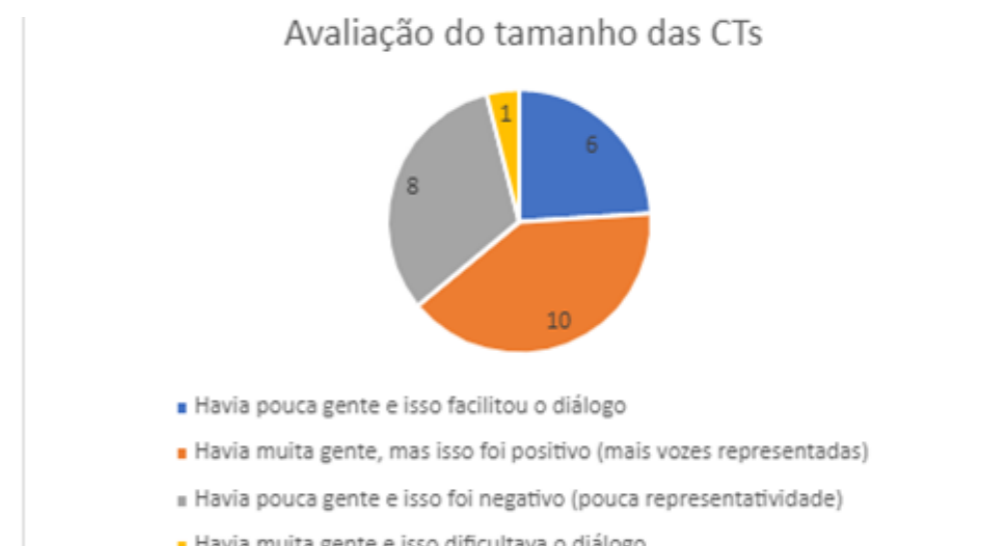
- Emitir certificado para os especialistas convidados;
- Garantir acessibilidade comunicacional (como Intérprete de Libras) quando necessário;
- Focar em como as articulações (intersecretarias e entre governo e sociedade civil) podem contribuir para a implementação do Plano de Ação 2021 – 2024 da Agenda Municipal 2030 (ou seja: que cada CT selecionasse ações estratégicas nas quais é possível – e necessária – essa ação conjunta, e debatesse sua implementação, não apenas o seu monitoramento);
- Encontrar uma maneira de desenvolver senso de pertencimento nos participantes: o desafio é manter o trabalho vivo e não burocrático e continuar comunicando a sociedade sobre os avanços;
- Desenvolver um painel interativo online de monitoramento, alguma estratégia que ajude as ações a ficarem mais tangíveis para o grande público e para os servidores públicos e líderes das Pastas também;
- Manter uma agenda permanente de encontros, registrar sistematicamente e dar divulgação às discussões, aos trabalhos empreendidos e resultados alcançados;
- Não fazer as reuniões no horário das 11h às 13h.
- Evitar o uso constante de expressões e palavras excessivamente técnicas, o que dificulta a compreensão e participação da sociedade civil;
- Reunir os representantes das Secretarias apenas para discussões mais estratégicas: não

é necessário ter periodicidade nas reuniões se não houver demandas dessa natureza;

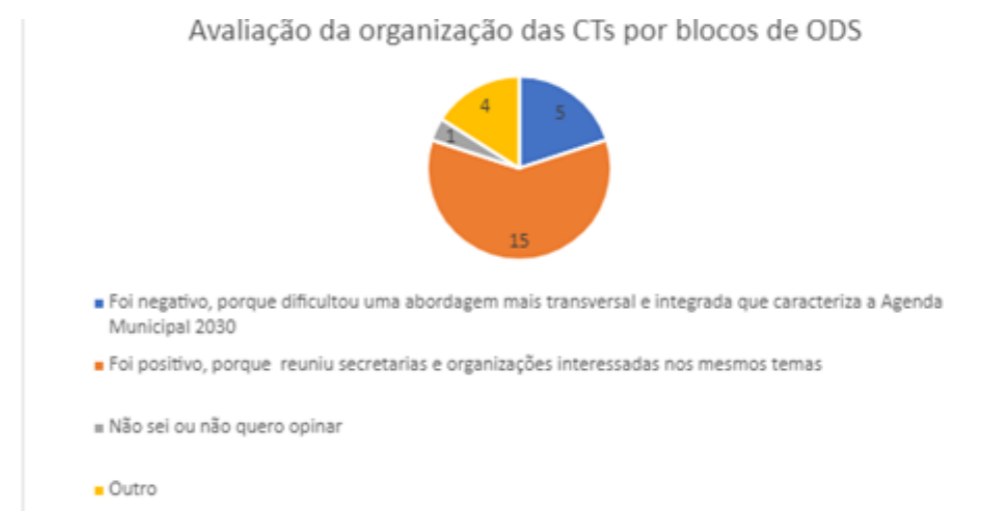
- Tratar assuntos específicos entre duas secretarias bilateralmente e informar por e-mail, ou no início de reuniões gerais, a todos os membros da Câmara Temática;
- Valorizar o tempo e a experiência das pessoas que estão ali: se um tema é relevante e importante e as pessoas dizem que seria interessante uma discussão aprofundada, deve-se ouvir e acolher a sugestão;
- Fazer reuniões mais curtas e pautas mais focadas;
- Respeitar a agenda de reuniões acordada no Plano de Trabalho de cada CT;
- Focar no propósito da Agenda 2030: é preciso ter clareza se o que queremos é alimentar uma burocracia sem sentido ou mudar a realidade para que cumpramos as metas dos ODS;
- Aproveitar as CTs como canal para desenvolver pontos pendentes na Agenda Municipal 2030: em especial, indicadores e formas de monitoramento;
- Ter abertura para avaliação e adaptações durante os trabalhos: se algo não está funcionando, dá para mudar sem perder de vista os objetivos;
- Aproveitar de forma mais estratégica o engajamento e expertise dos atores envolvidos para refletir sobre quais ações são nevrálgicas para alcançar determinada meta: esse processo pode contribuir para reduzir a sensação de participação em formato de “checklist” (aprovação ou não de ações já pensadas pelo poder público, sem muita margem para discussão do que é essencial conjuntamente);
- Mudar a metodologia de diagnóstico: ir além da “coleção de números” e buscar também dados qualitativos com vinculação com as realidades do município;
- Fazer uma capacitação sobre o cruzamento das metas da Agenda Municipal 2030 com as metas do Programa de Metas 2021 – 2024 e do Plano Plurianual 2022 – 2025 (orçamento).

A maioria (68%, 17 pessoas) dos respondentes afirmaram que as Câmaras Temáticas devem ser mantidas no segundo biênio de funcionamento da Comissão Municipal ODS, enquanto 4 pessoas afirmaram que não e outras 4 não quiseram ou souberam opinar. Na justificativa às respostas, apareceu com força a importância das CTs como espaço de aprofundamento dos diálogos e de controle social, e a sugestão de reduzir a periodicidade dos encontros (com mais de uma menção a encontros semestrais). E, também, a ênfase de que as CTs podem ser fóruns de monitoramento e avaliação mais temáticos, particularizados, acompanhando a implementação do Plano de Ação da Agenda Municipal 2030 e propondo ajustes, quando necessário.

Em relação ao tamanho das CTs, a avaliação dos respondentes foi a seguinte:



Já sobre a divisão das Câmaras Temáticas por blocos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a avaliação foi que:



No detalhamento de outros, os apontamentos foram de que associação por temas nas CTs facilitou o aprofundamento, mas em determinados assuntos era importante que houvesse a possibilidade de incidir sobre outros temas correlatos (por exemplo: realizar reuniões específicas entre CTs).

Na autoavaliação dos respondentes em relação à participação nas Câmaras Temáticas, 16 consideram que conseguiram contribuir como gostariam; 8 não conseguiram contribuir como gostaria e 1 não soube ou não quis opinar. Dos que almejavam ter contribuído mais, as dificuldades enfrentadas foram: sobrecarga de trabalho (4 menções); o escopo e a linguagem do trabalho na Câmara Temática eram técnicos demais (1 menção); prazos apertados nos trabalhos das Câmaras Temáticas (4 menções), além de duas menções livres (uma apontando que as diretrizes já estavam dadas e houve pouco espaço para contribuição; e outra avaliando que havia assuntos que fugiam à sua área de atuação).



## [5. Recomendações finais] [<Voltar ao índice>](#)

Neste próximo biênio, a Comissão Municipal ODS já não terá nenhum documento de planejamento a ser construído. Todo o esforço deve ser voltado a contribuir para que a Agenda Municipal 2030 e o respectivo Plano de Ação 2021 – 2024 sejam implementados e alcancem os resultados esperados.

Para isso, um dos pontos de recomendação é estreitar o diálogo com os demais Conselhos temáticos da Prefeitura (como de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional etc) e territoriais (como os CADES Regionais e os Conselhos Participativos das Subprefeituras). Isso pode se dar de diferentes formas, como:

- Promoção de encontros online e presencial, produção de boletins informativos, organização de ações públicas conjuntas (por exemplo, aproveitando a oportunidade da Virada ODS);
- Criação de um portal unificado na Prefeitura sobre temas que são discutidos em diferentes Conselhos e dialogam entre si, tendo a Agenda 2030 como norte aglutinador;
- A Comissão Municipal ODS poderia se fazer representar em reuniões mais estratégicas de alguns conselhos. Por exemplo: no momento em que a cidade faz a revisão de seu Plano Diretor Estratégico, a aproximação da Comissão Municipal ODS com o Conselho Municipal de Política Urbana-CMPU se faz necessária;
- A definição de uma agenda de encontros ou fóruns periódicos, reunindo os diferentes conselhos, além de um plano de comunicação bem construído;
- Vincular as metas ODS às metas de outros planos setoriais/territoriais;
- Ter uma equipe dedicada da Comissão Municipal ODS para articular conversas com os diferentes Conselhos temáticos da Prefeitura e com os conselhos que atuam localmente;
- Convidando membros de outros Conselhos para reuniões temáticas especiais da Comissão com pauta e papéis bem definidos previamente;
- Promover capacitação sobre a Agenda Municipal 2030 aos diferentes Conselhos (como está sendo feito com os CADES Regionais);
- Fomentar recursos (Editais) para incentivar projetos ligados ao Plano de Ação da Agenda Municipal 2030, especialmente nas periferias, de forma inclusiva, para que jovens tenham acesso.

Outra recomendação fundamental é ampliar e qualificar a comunicação com a população em geral e a divulgação de suas ações da Comissão Municipal ODS. Estratégias já vislumbradas são:

- Fortalecer a construção do Plano Aberto de Comunicação e Engajamento prevista no 3º Plano de Governo Aberto de São Paulo;
- Falar sobre ODS na infância e para os jovens;
- Promover ações intergeracionais também se mostra importante, considerando o envelhecimento da população;
- Aproximar-se de lideranças locais e das Subprefeituras para contribuir com o espraio da comunicação;
- Comunicar e engajar a comunidade escolar, que tem uma capilaridade significativa e pode amplificar a divulgação das ações da Comissão Municipal ODS: Os Conselhos de Escola e o Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola (CRECE) são instâncias de participação com capacidade de repercutir e amplificar a Agenda Municipal 2030 junto à comunidade escolar;
- Utilizar mais e melhor as redes sociais (com produção, por exemplo, de boletins e cards);
- Contar com o apoio da sociedade civil que participa da Comissão Municipal ODS para ampliar os grupos com acesso às informações da Prefeitura;
- Imprimir posters e folders informativos, que devem estar visíveis e disponíveis em escolas, unidades básica de saúde, bibliotecas e outros espaços de cultura e lazer do município;
- Criar de um portal único da Agenda Municipal 2030 no âmbito da Prefeitura de São Paulo, contendo a prestação de contas sobre resultados, andamento das ações e conteúdo educacional sobre o que é a Agenda 2030 e qual o impacto almejado na vida da população;
- Inserir direcionamento em todos os sítios da Prefeitura apontando para o portal da Agenda 2030 (no cabeçalho padrão, por exemplo);
- Inserir o tema da Agenda Municipal 2030 nas oficinas dos Agentes de Governo Aberto;
- Realizar eventos com a participação da população na área das subprefeituras.
- Produzir alguns materiais sobre o monitoramento da Agenda Municipal 2030 e do Plano de Ação, como painéis, infográficos ou relatórios síntese, além de vídeos;
- Realizar a Virada, que pode ser um primeiro passo para tornar o assunto mais popular;
- Utilizar linguagem simples nas comunicações sobre a Agenda Municipal 2030.

Por fim, seguem sugestões de como envolver a Comissão Municipal ODS de maneira mais ativa e efetiva no monitoramento da Agenda Municipal 2030 (indicadores no Observa-

Sampa) e, especialmente, do Plano de Ação 2021 a 2024 (ações prioritárias pactuadas para o quadriênio):

- Produzir análises mais qualitativas, a partir dos dados quantitativos presentes no ObservaSampa e nos relatórios gerados pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias (SEPEP/SGM); Traduzir os indicadores para a sociedade civil, talvez por intermédio de pequenos vídeos ou podcasts; Manter a Comissão Municipal ODS mobilizada, cumprindo uma agenda de reuniões de monitoramento sistemático, dialogando com o poder público de forma contínua e efetiva;
- Ser um observatório bastante crítico e atuante, apontando onde as metas não estão sendo perseguidas; Discutir sobre possíveis dificuldades na execução das metas, principalmente quando envolve mais de uma secretaria;
- Contribuir como apoio para implementação das estratégias do Plano de Ação: ir além do monitoramento;
- Compreender bem as metas e seus indicadores para cobrar resultados e recomendar possíveis correções de rota nas ações definidas, quando não se mostrarem suficientes ao atingimento das metas;
- Lapidar o trabalho de definição de indicadores da Agenda Municipal 2030: definindo quantitativos para 2030 quando não foi possível fazê-lo em 2020 e construindo a ficha técnica de indicadores novos;
- Aglutinar os diferentes planejamentos estratégicos, servindo como um hub para unir setores distintos;
- Realizar seminário Anual de Avaliação, evento conduzido paritariamente pela Sociedade Civil e Governo, a fim de observar o avanço dos indicadores e avaliar lacunas e progressos.

